

A cor de pele nas telenovelas: a representação dos negros a partir do conceito de colorismo¹

Juliana Sirio IRALA²

Adriana Schryver KURTZ³

Escola Superior de Propaganda e marketing – ESPM -Sul

Resumo

O artigo reflete sobre a representação dos negros em quatro telenovelas da Rede Globo a partir do conceito de colorismo. As telenovelas foram avaliadas a partir da lógica de exibição do gênero, embasadas por teorias da cultura e da mídia. O colorismo fundamenta a ideia de que, quanto mais escura for a tonalidade da pele, mais exposto à exclusão e à discriminação o indivíduo estará perante a sociedade. Busca-se compreender como o conceito é determinante para a criação de estereótipos e de uma sub-representação (ou representação distorcida), bem como de um movimento de higienização ou clareamento da cor negra através da mídia. Foi percebido que as novelas usam de estereótipos já conhecidos e reproduzidos pela sociedade brasileira sobre a população negra na caracterização dos seus personagens, não contribuindo para uma melhor representação da mesma.

Palavras-chave: Colorismo, Mídia, Racismo; Rede Globo; Representação, Teoria Culturalógica.

Introdução

O termo colorismo foi cunhado, em 1982, pela escritora e ativista negra Alice Walker, no ensaio “*If The Present Looks Like The Past, What Does The Future Look Like?*”, publicado no livro “*In Search of Our Mothers’ Garden*” (1982), e defende a ideia de que somos analisados e avaliados conforme a nossa aparência, em especial, a nossa cor. Pessoas de pele mais clara desfrutam de privilégios substanciais que ainda são inalcançáveis às pessoas de pele mais escura. Segundo Margaret Hunter, no seu artigo “*The Persistent Problem of Colorism: skintone, status and inequality*” (2007, p.

¹ Trabalho apresentado na IJ 4 – Comunicação Audiovisual do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Estudante de graduação do 5º semestre do curso de Jornalismo da ESPM-Sul, e-mail: julianasirala@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da ESPM-Sul, e-mail: akurtz@espm.br

237), as pessoas de pele mais clara “ganham mais dinheiro, frequentam por mais tempo a escola, vivem em bairros melhores e casam-se com pessoas de maior status social do que pessoas de pele mais escura da mesma raça ou etnia”. Esse fenômeno acontece porque o indivíduo de pele mais clara é *tolerado* nos meios sociais majoritariamente brancos pela proximidade da branquitude e pelo afastamento da pele negra.

O colorismo é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países escravocratas. Como já é conhecido, o Brasil nunca foi um país de “pureza” genética, entretanto, sempre se valeu da percepção dos brancos, que, conseqüentemente, detêm o poder. Os “mestiços” nunca tiveram um lugar nobre na formação da sociedade brasileira, ficando sempre à margem das relações sociais de poder, apesar de sempre terem sido percebidos como melhores que seus genitores não-brancos. Isso se dá em razão de que, ao contrário do racismo, que se orienta na identificação do sujeito como pertencente a certa “raça” para poder exercer a discriminação, o colorismo se orienta somente pela cor da pele da pessoa: ainda que seja reconhecida como negra ou afrodescendente, a tonalidade de sua pele será decisiva para o tratamento que a sociedade dará a essa pessoa. Há alguns anos, quando a auto-imagem dos negros era muito negativa, muitos negros de pele mais clara rejeitavam sua negritude e tentavam “tornar-se brancos” (STATT, 1978).

Se aceitamos a pertinência do conceito, caberia indagar qual a relação da mídia com o colorismo. Um dos mecanismos mais poderosos de veiculação de ideologia em nossa sociedade é a mídia, com sua incessante produção de representações e poder de definição da noção de realidade nos mais diversos setores da sociedade (GASTALDO, 2002). Ocorre, entretanto, que a mídia vai acabar utilizando do recurso de estereótipos para a representação dos grupos sociais – simplificando-os e reduzindo-os a apenas alguns poucos traços característicos, sempre de forma exagerada, criando, no limite, verdadeiras “caricaturas”. No seu livro “*Pátria, Chuteiras e Propaganda: o brasileiro na publicidade da Copa do Mundo*” (2002), Édison Gastaldo faz um apanhado do uso de estereótipos pela mídia, em especial a publicidade.

Apesar de parecer apenas mais um forma de representar o “outro”, o uso de estereótipos é fortemente carregado de conteúdo ideológico e influencia fortemente no sentido de uma postura etnocêntrica para com o grupo estereotipado. Mesmo que se trate “apenas” de imagens, elas produzem conseqüências diretas para com as pessoas ou grupos estereotipados, podendo mesmo influenciar o modo pelo qual algumas pessoas pensam e se comportam com relação às pessoas ou grupos que foram estereotipados (GASTALDO, 2002, p. 70).

De fato, é mais fácil de visualizar a lógica do uso de estereótipos na publicidade do que em outros espaços da mídia, como, por exemplo, o jornalismo ou o

entretenimento, por ser mais ideológica. Para Gastaldo (2002), ao deixar de considerar a publicidade apenas como “ferramenta ideológica”, é possível observar que nela há discursos de dimensões culturais, sociais e simbólicas. Se os anúncios publicitários servem para não só vender produtos, como, também, “estilos de vida”, padrões de consumo, representações da sociedade, *etc*, as novelas brasileiras, desde a sua criação e difusão para um grande número de pessoas, também vendem representações desses mesmos temas e desses mesmos grupos sociais, servindo, posteriormente, de pilar para a publicidade. As telenovelas também forjam narrativas e discursos que colaboram na construção de uma versão hegemônica da “realidade” e, principalmente, da sociedade brasileira.

O presente artigo analisa a representação dos negros em quatro telenovelas da Rede Globo, no período entre 2004 a 2017, a partir do conceito de colorismo. A ideia defendida é a de que a emissora, em um primeiro momento, associou a população negra com a criminalidade, depois aos personagens estereotipados masculinos, aderindo a eles características de “malandro”. Paradoxalmente, passou também a representar os personagens negros dentro de um modelo de “higienização” e ou de branqueamento e clareamento da sua cor de pele. Por fim, discutiremos os reflexos do colorismo nas representações construídas pelas telenovelas brasileiras acerca da população negra e “mestiça”.

A escravidão, o colonialismo e o racismo

A escravidão sempre existiu sob várias formas, desde o início da história conhecida até o período contemporâneo (Shohat e Stam, 2006). Antes do colonialismo – período que se inicia com a Era dos Descobrimentos e a divisão de terras entre o Império Português e o Império Espanhol, no final do século XV –, a escravidão no Mediterrâneo e na África se limitava essencialmente à servidão doméstica. O historiador John Thornton (apud Shohat e Stam, 2006, p. 119) equipara, funcionalmente, os escravos na África, do período pré-colonial, com os rendeiros livres ou trabalhadores assalariados na Europa. Já Giacinto Brugiotti da Vetralla, igualmente citado pelos autores, num livro intitulado *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*, os classifica como “escravos apenas no nome”, em razão da enorme variedade de empregos que tinham, como administradores, soldados e até conselheiros (apud Shohat e Stam, 2006, p. 119).

No livro *Crítica da Imagem Eurocêntrica* (2006), os dois autores afirmam a ideia de que a escravidão, antes do período colonial, era tradicionalmente baseada nos “espólios de guerra”, ou seja, os vencidos deviam suas vidas e, conseqüentemente, toda uma existência de submissão aos vitoriosos. Remontando a Aristóteles, que reconhecia uma natureza humana no escravo, conforme argumentou no primeiro volume do seu livro sobre *Política* (alguns indivíduos são “feitos para a escravidão”), os autores destacam que os critérios do filósofo não eram raciais, e sim éticos. Esse pensamento

voltado à ética era precedente ao colonialismo – que, mais tarde, iria “transferir” esse critério para sociedades inteiras, que passaram a ser vistas como “nações de escravos”.

Foi apenas com o advento do colonialismo e do capitalismo que a escravidão se tornou moderna, industrializada, ligada a um modo de produção econômica e a uma ideologia sistemática de superioridade racial (Shohat e Stam, 2006). Os autores também mencionam Okon Edet Uya, que argumenta que, desde o século XV, o mundo negro tem sido atacado pelo colonialismo, pela escravidão, pela segregação e pelo neocolonialismo que “subdesenvolveu” a África. Essa dominação tem uma fala, que acompanha as ações efetivas. Como ‘regimes da verdade’, os discursos estão encapsulados em estruturas institucionais que excluem certas vozes, estéticas e representações. Em *Colonial Encounters: Europe and Native Caribbean 1492-1797*, Peter Hulme definiu o discurso colonial como “um conjunto de práticas linguísticas unidas por uma visão comum das relações coloniais” (apud Shohat e Stam, 2006, p. 44). Tal conjunto discursivo, que inclui desde a documentação burocrática até os romances, compõem o mundo não-europeu para a Europa.

Para Kellner (2001), a ideologia pressupõe que o “eu” é a norma, que todos são como eu, que qualquer coisa diferente não é normal. Para a ideologia, porém, o “eu” – a posição da qual a ideologia fala –, é, geralmente, a do branco masculino, ocidental, de classe média ou superior; logo, são posições que vêem raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários e inferiores. “A ideologia, portanto, diferencia e separa grupos em dominantes/dominados e superiores/inferiores, produzindo hierarquias e classificações que servem aos interesses das forças e das elites do poder” (KELLNER, 2001, p. 83).

Portanto, a ideologia faz parte de um sistema de dominação que serve para aumentar a opressão ao legitimar forças e instituições que reprimem e oprimem. Segundo Kellner, se a “norma” da ideologia em geral é branca, masculina e de classe superior, ela serve para denegrir e dominar os não-brancos, as mulheres e os trabalhadores, logo constitui um sistema de abstrações e distinções em campos como sexo, raça e classe e construindo divisões ideológicas, por exemplo, entre brancos e negros – ou seja, entre “nós” e “eles”.

Já em *Crítica da imagem eurocêntrica* (2006), Shohat e Stam partem da ideia de que o colonialismo surgiu de uma situação que era “desde sempre” sincrética, como, por exemplo, entre judeus, cristãos e muçulmanos na Espanha moura, entre as nações africanas antes do colonialismo, entre os “americanos” nativos antes de 1942. Ao passo que a era pós-independência projetou seus movimentos migratórios para a formação de culturas fluidas – que “maiorias” e “minorias” podem trocar de lugar com frequência, especialmente porque as “minorias” internas são quase sempre os fragmentos dispersos do que havia sido a “maioria” em outro contexto. Portanto, o fato é que o mundo é uma formação mista. A arte ocidental sempre fez empréstimos e foi transformada pela arte não-ocidental. O ocidente é uma herança coletiva, uma mistura voraz de culturas que

não apenas “bebeu” das influências não-europeias, mas que é de fato “formada por elas” (apud Shohat e Stam, 2006, p. 39)

Para Shohat e Stam (2006), a expropriação de territórios em escala maciça; a destruição de povos e culturas locais; a transformação de africanos e índios em escravos; a colonização da África e da Ásia; e a ascensão do racismo não apenas nos territórios colonizados, mas dentro da própria Europa, foram uns dos principais legados deixados pelo colonialismo. Entretanto, o racismo não é exclusividade do Ocidente ou da situação colonial, mas, sim, de um ponto de vista histórico, um aliado e um produto parcial do colonialismo, cujas maiores vítimas são os africanos, os asiáticos, os povos nativos das Américas – ou seja, aqueles cujas identidades foram forjadas –, construindo um sentimento de superioridade da Europa em relação às “raças inferiores desregradas”.

Citando trabalhos de historiadores do século XX, Shohat e Stam definem o racismo como “a atribuição generalizada de valor a diferenças reais ou imaginárias para o benefício do acusador sobre a vítima, com a finalidade de justificar o privilégio e a agressão do primeiro”. Para Paul Gilroy o “racismo se move ordenada e imutavelmente através do tempo e da história”. Uma vez que o racismo é um conceito móvel, diversos grupos podem ocupar o lugar do grupo oprimido. De fato, a categorização de uma mesma pessoa pode variar com o tempo, o local e o contexto. Shohat e Stam (2006) ainda relacionam o racismo ao uso de estereótipos:

(...) Pode ser mais produtivo analisar o estereotipador do que a desconstrução do estereótipo. Quando estereótipos antinegros (sua bestialidade repulsiva, por exemplo) são registrados como positivos (a liberdade da libido), isso nos diz mais sobre a imaginação erótica branca do que sobre o objeto de sua fascinação. O elogio da agilidade física do negro é tacitamente acompanhada pela afirmação de sua suposta incapacidade mental. Do mesmo modo, o elogio aos talentos “naturais” de certos negros implica que suas conquistas nada devem ao trabalho ou à disciplina (SHOHAT e STAM, 2006, p. 48).

Já autores como Phyllis Rose, em *Jazz Cleopatra: Josephine Baker in her Time* (1989), relacionam o racismo ao exotismo, visto que o racismo é adepto à arte do falso elogio, da qual fazem parte o primitivismo e exotismo, utiliza seu objeto para o prazer do dominador, tomando o “outro” colonizado como uma ficção erótica que mistifica o mundo. Desse modo, afirmam Shohat e Stam, o racismo geralmente proporciona seus próprios ‘prazeres’ secretos: um confortável sentimento de superioridade e a igualmente simples consolidação de uma identidade de grupo fundada em uma base frágil de antipatia arbitrária. Por fim, “o racismo cai na armadilha de seus próprios duplos sentidos e contradições: quem é muito diferente de nós é inferior, mas aqueles que são parecidos demais conosco não podem mais ser considerados negros, índios ou asiáticos

‘verdadeiros’” (Shohat e Stam, 2006, p. 53). O racismo joga, portanto, com dois procedimentos complementares: a *negação da diferença* e a *negação da igualdade*.

Como afirma Ralph Ellison, em *Shadow and Act* (1972, p. 50), a “desgraça do negro foi ter sido associado ao lado negativo do dualismo básico da mentalidade do homem branco e a quase tudo que ele reprime de sua consciência”. Assim surge o dualismo e, mais tarde, o colorismo – o nosso objeto central de estudo. No século XVI, no Oxford English Dictionary, o par de palavras “branco” e “preto” já serviam para descrever oposições maniqueístas entre bem e mal, espírito e matéria, anjo e demônio. Ao discutir o significado da palavra preto, o Oxford English Dictionary, a associava com “profundamente manchado de sujeira, gasto, empoeirado etc”. Como afirma Eduardo Henrique Pereira de Oliveira, em *Mídia e Racismo* (2002), ao se deter sobre a questão do estereótipo racista, uma parte do racismo está calcada naquilo que as pessoas acham que são os papéis naturais que indivíduos e grupos devem desempenhar na sociedade, na ideia de que a natureza dá a diferentes pessoas algum tipo de facilidade ou habilidade para atividades diferentes.

De fato, a fala cotidiana já associa o preto a algo negativo e o preto e branco como opostos – os negros são quase sempre situados no lado do mal. Segundo Shohat e Stam foi essa resistência maniqueísta que levou muitas pessoas – desde Franz Boaz na década de 20 até Jesse Jackson nos anos 80 – a exigir a abolição de uma terminologia baseada na cor e na raça para dar lugar a uma baseada na cultura que não falasse de brancos e negros, mas de afro-americanos e euro-americanos. O sociólogo Carlos Medeiros, na palestra que concedeu ao Café Filosófico, em 2016, para discutir sobre raça e racismo no Brasil, afirma que o conceito de raça é um conceito sócio-histórico e não biológico. Em relação ao binarismo da cor de pele e das representações dos povos, Shohat e Stam acrescentam:

Nos Estados Unidos, imigrantes de cor oriundos do Terceiro Mundo, pressionados pelo binarismo branco/negro reinante, podem adotar atitudes ambivalentes, identificando-se com outras minorias e ao mesmo tempo rejeitando os negros para afirmar seu precário sentimento de identidade nacional (SHOHAT e STAM, 2006, p. 53).

E qual o papel da mídia na criação de representações baseadas em binarismos? Os meios de comunicação dominantes, com frequência, acabam desvalorizando as vidas dos povos de cor diante da vida sacrossanta dos euro-americanos. “Tal desvalorização se revela na tendência da mídia associar o Terceiro Mundo a mortes violentas, desnecessárias e aleatórias”, às vezes causadas por doenças e desastres naturais, de modo que “o cadáver e o moribundo se tornaram o símbolo da realidade humana no Terceiro Mundo” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 53).

As questões de representatividade e estereótipo: o negro na mídia

Segundo o Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano, de 1998, o termo “representação” deriva do latim *repraesentatio*. Tendo sido usado desde a Idade Média, refere-se a uma categoria da cognição, o conhecimento, entendido como “semelhança” com o objeto. Para Kellner, na cultura da mídia, há uma luta entre representações que reproduzem as lutas sociais existentes e transcodificam os discursos políticos da época. “A cultura da mídia produz representações que tentam induzir anuência a certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver em certas ideologias ‘o modo como as coisas são’” (KELLNER, 2001, p. 81).

De acordo com Gastaldo (2002), o processo de significação funciona a partir de signos. O papel de um signo é estar no lugar do significado, ou seja, representar para um “outro” um conceito, ideia ou sentimento associado a esse signo. Assim, a “*realidade*” (aquilo que um dado sujeito declara ser “o real”) será uma construção decorrente da integração desse sujeito com as diversas “realidades” (social, psíquica, física, simbólica etc). Não por acaso, ao relacionar representação com cultura, Stuart Hall (1997), postulava que uma linguagem compartilhada permite que um mesmo grupo possa partilhar uma visão de mundo semelhante e interpretar a realidade de modo similar, devido ao fato de operar como um “sistema representacional”.

A partir de um conceito semiótico de cultura, como o já preconizado por Stuart Hall em 1997, Gastaldo (2002, p. 67), reafirma que a cultura de um grupo pode ser entendida como “o somatório dos ‘significados compartilhados’ por esse grupo, que permitirá aos seus membros apreender e interpretar o mundo de modo semelhante”. Em outras palavras, a noção de representação está estreitamente vinculada à noção de cultura. Assim Kellner (2001), dirá que em uma cultura da imagem dos meios de comunicação de massa, são as representações que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo, o senso de identidade e sexo, consumando estilos e modos de vida, bem como pensamentos e ações sociopolíticas.

A cultura da mídia reproduz as lutas e os discursos sociais existentes, expressando os medos e os sofrimentos da gente comum, ao mesmo tempo que fornece material para a formação de identidades e dá sentido ao mundo. Quando os membros dos grupos oprimidos têm acesso à cultura da mídia, suas representações muitas vezes articulam visões outras da sociedade e dão voz a percepções mais radicais (KELLNER, 2001, p. 203).

Lembremos que para Gastaldo, o discurso midiático frequentemente representa grupos sociais de maneira simplificada, reduzindo-as a apenas alguns poucos traços característicos exagerados, uma espécie de “caricatura” de um grupo social. Kellner

(2001), contudo, sustenta que, no momento em que os indivíduos passam a perceber o modo como a cultura da mídia transmite representações opressivas de classe, raça, sexo, sexualidade etc, capazes de influenciar pensamentos e comportamentos, já estarão aptos a manter uma distância crítica em relação à obras da cultura da mídia e assim adquirir poder sobre a cultura em que vivem. Numa visão bem menos otimista e voltada para a realidade brasileira, Bernardo Ajzenberg, em *Mídia e Racismo* (2002), afirma que a mídia reflete o que é a sociedade. Ou seja, se a sociedade brasileira é racista, a mídia também será racista.

Na mesma linha de raciocínio, o sociólogo Eduardo Henrique Pereira de Oliveira observa que a imprensa brasileira está longe de ser neutra e de olhar com imparcialidade a sociedade brasileira. “Nós sabemos disso e dizemos nos corredores o tempo todo que a imprensa e a mídia no Brasil estão a serviço, no mínimo, dos interesses de determinadas classes sociais e grupos econômicos” (OLIVEIRA, 2002, p. 36). O sociólogo também discute a marginalização de determinados assuntos na mídia, principalmente os voltados ao interesse da população negra. “É espantosa a maneira como os órgãos de imprensa a princípio não enxergam um amplo setor, um grande grupo, uma parcela importante da população brasileira e, quando o fazem, fazem de maneira estereotipada” (OLIVEIRA, 2002, p. 36).

Os negros nas telenovelas da Rede Globo

“*Da Cor do Pecado*” (2004), escrita por João Emanuel Carneiro com direção geral de Luiz Enrique Rios, exibida pela Rede Globo, foi a primeira novela da emissora protagonizada por uma atriz negra, Taís Araújo, e conta a história de amor entre “Paco” (Reynaldo Gianecchini) e “Preta de Souza” (Taís Araújo). Ele, um jovem branco e rico; ela, uma jovem negra ‘*trabalhadora*’. O perfil de ‘*trabalhadora*’ é mais um estereótipo que limita a atuação das atrizes negras na teledramaturgia. Normalmente, esse papel é o da mocinha, negra e pobre, que se esforça para conquistar um emprego ou passar no vestibular, por exemplo, muitas vezes sendo acompanhado pela conquista de um homem, branco e de classe social mais alta que o dela, que se apaixona – ou se compadece – pelo esforço da mulher. O romance entre os personagens de classes sociais diferentes acaba sendo um dos grandes dilemas da trama. O próprio título na novela, “cor do pecado”, é o símbolo iminente sobre como o racismo é imposto às mulheres negras: a dicotomia do *exótico* e *diferente*, mas que também é, ao mesmo tempo, *invisibilizado* e *indesejável*.

Também em “*Da Cor do Pecado*”, Preta tem um relacionamento *morno* com o músico Dodô, interpretado por Jonathan Haagensen, um personagem mulherengo e de caráter duvidoso, que vai acabar se unindo a Bárbara (Giovanna Antonelli) para separar Preta de Paco (Reynaldo Gianecchini). O personagem é envolto por estereótipos; o primeiro o de ‘*malandro*’: não é difícil esse personagem morar na periferia ou na favela e é um papel que pode ser associado à uma representação do famoso “jeitinho

brasileiro”. O estereótipo do ‘malandro’ ou mulherengo é, normalmente, interpretado por homens negros que gostam de ‘*dar uma de esperto*’ e sempre mudam o curso das regras para que elas se alinhem à seu próprio favor. O segundo estereótipo é o de criminoso ou de um caráter duvidoso: o personagem vai acabar se envolvendo em crimes por não ter outras alternativas. Vai participar do dualismo entre preto e branco, o ‘mal’ e o ‘bom’, o ‘demônio’ e o ‘anjo’.

Em “Da Cor do Pecado”, também há a Dona Lita (Solange Couto), mãe de Preta, bem humorada, que não se deixa abater pela doença – a personagem sofre de leucemia – e nem pelas dificuldades financeiras que sempre teve que enfrentar para sobreviver e criar a sua única filha. A personagem segue o estereótipo de ‘batalhadora’ atribuídos às personagens de mulheres negras, constantemente usado nas telenovelas e demais programas de dramaturgia. Não há como deixar de mencionar também, que a personagem é engraçada e irreverente, cozinheira e supersticiosa: sabe tudo de ervas – que a ajudam a combater a sua doença. As atrizes escolhidas para desempenhar esse papel (como as “mães” ou seguindo a linha “Tia Anástacia”) normalmente são ‘gordas’, negras de pele mais escura ou ‘morenas’, supersticiosas e cozinheiras de mão-cheia.

Outra novela que usa de um enredo parecido é “*O Outro Lado do Paraíso*” (2017), escrita por Walcyr Carrasco, que traz a tona temas como o machismo, homofobia, nanismo e racismo. A personagem Raquel, interpretada por Erika Januza, é a melhor amiga da protagonista branca, Clara (Bianca Bin), e vive no quilombo onde trabalha com capim. Seu sonho é ir para Palmas estudar – em meados da trama, ela consegue passar no vestibular e acaba se tornando juíza. Seguindo o clichê das tramas das novelas, Raquel apaixona-se por Bruno, interpretado por Caio Paduan, e vai enfrentar preconceito racial e social: Bruno é branco, de classe alta, estudou Direito, seguindo os passos do pai, tornando-se delegado. A mãe de Bruno, Nádía (Eliane Giardini), é contra o relacionamento do filho e faz de tudo para separá-los. Há vários momentos da trama com cenas e diálogos extremamente racistas. Cabe ressaltar que a maioria das personagens da novela mostram-se constrangidos com essa postura.

Tão revelador quanto a análise das novelas, é examinar a situação de certas atrizes globais: especificamente as atrizes negras. Taís Araújo, ao protagonizar “*Da Cor do Pecado*” parecia ter aberto um espaço importante no contexto brasileiro. No entanto, após essa telenovela, a atriz não voltaria a ser convidada para o papel de protagonista, apesar do sucesso e fama conquistados. Somente cinco anos mais tarde, Taís apareceria novamente no lugar de mocinha⁴, interpretando a primeira Helena negra escrita por Manoel Carlos e a primeira protagonista negra de uma novela das “oito horas”, carro-chefe da programação da Rede Globo. Em “*Viver a Vida*” (2009), Helena, modelo renomada no mercado de trabalho, inicia a história envolvida nos problemas da irmã mais nova que ficou grávida de um traficante. Assim, indiretamente e apesar da grande reputação no meio profissional, a personagem sofre resquícios das representações que

⁴ Em 2006, Taís viveu uma vilã na novela de viés cômico “Cobras e Lagartos”.

persistem para a população negra: sua irmã encarna o estereótipo das meninas e adolescentes negras, vistas sob um olhar objetificador, que crescem com o estigma de serem promíscuas, sendo sempre usadas como exemplos para a gravidez na adolescência ou relacionadas à imagem das mães solteiras.

A protagonista, negra, se apaixona e se casa com Marcos, interpretado por José Mayer, 20 anos mais velho, e pai de Luciana (Alinne Moraes), que viria a ganhar maior resposta do público e destaque na trama ao se tornar tetraplégica. Apesar de protagonista, Helena não fugiu à regra das representações: foi agredida no rosto pela rival Teresa (Lilian Cabral). Ao pedir perdão, sobre as circunstâncias que levaram ao acidente da enteada, Luciana, a personagem de Taís Araújo, mesmo não tendo culpa, se humilhou e ficou de joelhos à espera do perdão da rival branca. A cena, que durou 10 minutos e 8 segundos, considerada comprida para os padrões das telenovelas, foi exibida exatamente na semana do Dia Nacional da Consciência Negra. Considerando o histórico da Rede Globo, não raro acusada de sub-representar os negros, como também de subalternizá-los, a exibição de tal cena naquela semana pode ter sido algo mais do que uma infeliz coincidência.

O editor de Artes e Espetáculos da revista VEJA, Marcelo Marthe, publicou em sua coluna, na edição 565 do dia 24 de novembro de 2009, que a cena da novela provocou reações negativas dos que ele chamou de *chatos de sempre*: “as vertentes *paranoicas* do movimento negro ouviram ecos escravistas na humilhação de Helena por uma branca”. De acordo com Marthe, a cena de sofrimento e humilhação de Helena foi uma tentativa de reverter a aura de antipatia que a personagem tinha com o público – os pontos de ibope da novela eram menores dos que o esperado para o horário.

De qualquer forma, tratou-se de um caminho bem diferente do habitual para resgatar heroínas problemáticas e impopulares. Mesmo que seja costumeiro elas não empolgarem por serem *boazinhas* demais, normalmente, para redimí-las diante do público, as novelas, não só da TV Globo, possuem uma só *receita*: “a mocinha tem de aplicar surras homéricas na vilã”, caso, por exemplo, da personagem Maria Clara, vivida por Malu Mader em “Celebridade” (2003), que superou a *chatice* esbofeteando a rival Laura (Cláudia Abreu). No caso de Helena, foi o contrário: precisou apanhar para, nas palavras de Marthe, virar “gente”.

Como é comum nas telenovelas, o personagem negro é apresentado como passivo e submisso diante das maldades de uma *elite branca*; a modelo, bem sucedida, também demonstrou ter um comportamento similar aos outros negros representados na teledramaturgia global. Com o fim do casamento com Marcos, Helena casa-se com Bruno (Thiago Lacerda), filho bastardo do seu ex-marido. Tanto Marcos quanto Bruno são homens brancos, de classe alta, o que leva a identificar que todas as relações amorosas da personagem são esbranquiçadas, principalmente por ser bem sucedida.

Caberia lembrar que Helena não agradou ao grande público, que não a viu como uma *heroína* dentro do enredo. Movimentos negros afirmaram que a escalação de Taís

para ser protagonista de uma novela do horário nobre e o fato de sua personagem ser uma modelo de sucesso sem ter de levantar bandeiras, provou exatamente o contrário. Todavia, Taís Araújo recebeu grandes críticas do público, sendo considerada até hoje, por muitos, uma “*péssima atriz*”, que não ficou à altura das demais duas Helenas de Manoel Carlos, ambas, aliás, interpretadas por atrizes brancas. De acordo com sondagens feitas pela Globo, a personagem não despertava simpatia, pelo contrário, passava a imagem de garota superficial e arrogante. Na direção da emissora, há quem relacionou o problema na inadequação da própria atriz: a colega Camila Pitanga, por exemplo, funcionaria melhor no papel.

Tal comentário nos leva a uma avaliação comparativa mais detida. A atriz Camila Pitanga, filha do ator negro Antonio Pitanga, também é um dos exemplos mais visíveis do conceito de colorismo na teledramaturgia brasileira. Por ter uma cor de pele mais clara e os cabelos não tão crespos, Camila é vista e considerada como branca por grande parcela do público. Em pesquisa realizada em 2008 pelo Datafolha, 2.982 entrevistados foram questionados acerca de que cor atribuíam à onze celebridades nacionais. No caso de Camila, 27% dos entrevistados a declararam negra contra 36% que responderam parda. Apesar de ser filha de negros, esse fator não é forte o suficiente para ser percebida como negra: a atriz se encaixa no estereótipo “nem tão branca, nem tão negra”. Já Taís Araújo foi reconhecida como negra por 54% dos entrevistados. De acordo com a pesquisa, quando se pediu para atribuir cores à celebridades, os entrevistados não responderam apenas sobre a pigmentação da pele: critérios de qualificação intelectual; papéis que a pessoa desempenha na sociedade; como ela quer ser vista e, no caso de atores, até mesmo os personagens a que eles eventualmente deram vida, entraram em questão.

Ao analisar fóruns da internet referentes à Taís Araújo e Camila Pitanga, o primeiro comentário era: “Por que escolheram a Camila Pitanga *pra* fazer papel de negra na novela Lado a Lado e não uma *negra mesmo*? Não é racismo meu, mas a linda da Camila Pitanga não é negra. A Taís Araújo sim, e o Lázaro Ramos também. Olhem a diferença da cor da Camila Pitanga”. O comentário fez referência à novela de época “Lado a Lado” (2012) – na qual Camila interpretou Bebel. As respostas, em sua maioria, seguiram a lógica da cor de pele: “Você acha que atrizes negras caem do céu? A Camila Pitanga é negra. Branca que ela não é. Ela não é uma *escurona*, mas é negra sim”; ou “a Camila Pitanga é parda e não negra. Ela pode se considerar negra, mas não é” e ainda a pérola “aqui no Brasil, ela é branca sob os olhos de qualquer um: lábios finos, nariz finos, cabelo liso, pele mais branca que escura”. A recusa do público em aceitar a negritude de Camila é visível – apesar de famosa, podemos nos questionar se a adoração do público se dá – justamente - em razão do mesmo público não ver Camila como negra.

Considerações finais

O termo colorismo foi cunhado pela escritora Alice Walker, no ensaio “*If The Present Looks Like The Past, What Does The Future Look Like?*”, publicado no livro “*In Search of Our Mothers’ Garden*” (1982), e fundamenta a ideia de que, quanto mais escura for a tonalidade da pele, mais exposto à exclusão e à discriminação o indivíduo estará perante a sociedade. Como o conceito é relativamente novo, ele tem começado a aparecer nos estudos acadêmicos e do movimento negro mais recentemente. Há poucos artigos que utilizam e apresentam exatamente o termo *colorismo*.

O que foi possível constatar é que ainda existe grande dificuldade em diferenciar os conceitos de *raça*, que se orienta na identificação do sujeito como pertencente a certa “raça”, ao conceito de *colorismo*, que se orienta somente pela cor da pele da pessoa para poder exercer a discriminação. Ao analisar as telenovelas da Rede Globo, pode-se perceber que a população negra ainda se vê representada e envolta em estereótipos, independente da cor de pele. Se uma atriz ou ator for considerado ou apenas *percebido* como negro, é difícil não interpretar um papel que apresenta características estereotipadas e “caricaturais”.

Referências

DJOKIC, Aline. **Colorismo: o que é e como funciona**. 2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>. Acessado em setembro de 2017.

DUARTE, Leopoldo. **Sobre brancos, “mestiços” e afroconvenientes**. 2015. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/11/23/sobre-brancos-mesticos-e-afroconvenientes/>. Acessado em setembro de 2017.

ELLISON, Ralph. **Shadow and act**. New York: Random House, 1964.

GASTALDO, Edison. **Pátria, chuteiras e propaganda: o brasileiro na publicidade da Copa do Mundo**. São Paulo: Annablume, 2002.

GRIJÓ, Wesley P.; SOUSA, Adam Henrique F. **O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul & Universidade Federal de Goiás, Brazil, 2012.

HUNTER, Margaret. **The Persistent Problem of Colorism: Skin Tone, Status, and Inequality**. Mills College, Department of Sociology and Anthropology: 2007.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. São Paulo: Edusc, 2001.

RAMOS, Silvia (org.), **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro, Pallas, 2002.

SANTOS, Sales Augusto; LOPES, Ivonente da Silva. **A Representação dos Negros na Rede Globo e na TV Brasil na Semana do “Dia Nacional da Consciência Negra”**. Revista Eco-Pós, 2010.

STAM, Robert; SHOHAT, Ella. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

STATT, David A. **Introdução à psicologia**. São Paulo: Harbra, 1986.

Folha de S. Paulo. **'Não sou morena nem mulata. Sou negra', diz Camila Pitanga em campanha por igualdade de gênero**. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2016/11/nao-sou-morena-nem-mulata-sou-negra-diz-camila-pitanga-em-campanha-por-igualdade-de-genero.shtml>. Acessado em dezembro de 2017.

Folha de S. Paulo. **Cor de celebridades revela critérios "raciais" do Brasil**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2311200827.htm>. Acessado em março de 2018.